

Sala-ambiente “Tópicos Especiais”: concisão e interdisciplinaridade na interpretação das atuais políticas e dos programas de educação no Brasil

Aline Lemos da Cunha
Maria Cristina Bortolini

Aproximações ao tema

A Sala-ambiente “Tópicos Especiais”, na proposta curricular do Curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa Nacional Escola de Gestores, ofertado pelo Convênio entre a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta-se como um *parêntese* – esclarecedor, explicativo – e que acrescenta à compreensão das Políticas e Programas de Educação da atualidade brasileira. Esta Sala, na experiência desta Universidade, vem sendo oferecida próxima ao final do Curso, com carga horária de 30 horas, antecedendo a orientação final do trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A alusão ao vocábulo *parêntese* pode ser assim explicada: No dicionário¹, o *parêntese* – e seu uso – refere-se a *fazer um comentário ou explicação a respeito do que se escreve*; seu sentido é aqui usado como recurso figurativo, analógico e metafórico. Possui como sinônimos: *aparte, digressão, divagação, interpelação, interrupção e parêntese*; e, ainda: *aumentar, adicionar, aditar, juntar, ampliar, amplificar, desenvolver e expandir*. Ou, na situação da Sala-ambiente *tópicos Especiais*, o *parêntese* poderia ser entendido como um momento de explicação *do que se estuda e se reflete*. Assim, associar o trabalho desenvolvido ao longo desta Sala a um *parêntese* indica nossa percepção pedagógica e metodológica acerca da sua estruturação, bastante simples, mas também muito clara e concisa, de

¹ LÉXICO: Dicionário de Português on-line. Disponível em: <www.lexico.pt/acrescentar/>. Acesso em: 21 nov. 2013.

modo a favorecer processos de interpretação e de compreensão (por parte dos alunos) de forma aprofundada, orgânica, articulada e interdisciplinar.

Essas características tornam-se as responsáveis pela sua singularidade e sua distinção no conjunto de salas-ambiente ofertadas pelo Curso, pois é justamente pelo seu caráter conciso e interdisciplinar que se abre a possibilidade de apresentar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) não como “mais uma” política de educação, mas, sim, como um Plano que se pretende “Planejamento Estratégico de Superação” (PES) das dificuldades e dos obstáculos que impedem nossas escolas de alcançarem a qualidade educacional almejada. Lançado em 2007, em conjunto com o Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, instituído este pelo Decreto-Lei N.º 6.094 do mesmo ano, consiste em um conjunto de programas e ações que visam melhorar a Educação no Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de quinze anos a contar de seu lançamento, e fundamenta quase todos os programas e ações do MEC (BRASIL, 2008).

Assim, com foco no PDE, bem como na repercussão das políticas e dos programas educacionais que o integram, nas escolas públicas brasileiras, a sala objetiva oferecer elementos teóricos que permitam aprofundar os conhecimentos sobre tais políticas da União, para a Educação Básica e suas implicações na gestão escolar. Para isso, a sala analisa as diretrizes e os fundamentos do PDE, de modo a demonstrar a sua constituição sistêmica e articuladora, a qual possibilita uma compreensão mais geral e orgânica das políticas educacionais atuais. Essa compreensão, enquanto *processo didático-pedagógico*, se desenvolve no decorrer de uma sala que, além do seu objetivo geral, tem como propósito favorecer a percepção das inter-relações entre as atuais políticas e programas de educação e as metas de educação de qualidade para todos. A partir disso, busca relacioná-las à qualidade da educação como um “direito fundamental”. Conforme explicita o próprio Decreto Presidencial N.º 6.094, de 24 de abril de 2007, art. 1.º:

O Plano de Metas Compromisso todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e comunidade,

em proveito da melhoria da qualidade educação básica (BRASIL, DECRETO N.º 6.094/2007).

Disponibilizando documentos legais para estudos e pesquisas, a sala ainda propõe uma leitura dirigida do livreto *Compromisso Todos pela Educação – Passo a Passo*, criado pelo MEC. Nessa leitura é apresentada a *essência* desse *Compromisso*, ou seja, o propósito nacional de adequar as escolas das redes públicas com instalações condizentes ao trabalho nelas realizado, visando a melhores condições de ensino. Nesse sentido, com vistas a elevar a qualidade da educação brasileira, o *Compromisso* apresenta um conjunto de programas e ações que contemplam todos os níveis e etapas do ensino no Brasil, desde a Educação Básica até o Ensino Superior e Profissional.

Indo além, oferece um indicador equivalente entre todas as redes de ensino – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – que, por meio da conjugação de resultados de desempenho de alunos em testes padronizados (Prova Brasil; SAEB) e taxas de aprovação, vem calculando e monitorando o índice de aprendizagem nas escolas brasileiras.

Esta sala, então, permite uma atenção e um foco especiais ao PDE, ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR)², apresentando-os como elementos de uma política pública “que se somam” para consolidar um sistema educacional orgânico, a partir do engajamento dos entes federados e da sociedade como um todo para a melhoria da qualidade da educação no país. Conforme explicita o documento do PDE:

Diferentemente da visão sistêmica que pauta o PDE, predominou no Brasil, até muito recentemente, uma visão fragmentada da educação, como se níveis, etapas e modalidades não fossem momentos de um processo, cada qual com objetivo particular, integrados numa unidade geral; como se não fossem elos de uma cadeia que deveriam se reforçar mutuamente. Tal visão fragmentada partiu de princípios gerencia-

² Instrumento de ação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, o PAR é uma ferramenta de gestão para o planejamento da política de educação que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram para um período de quatro anos, tratando-se de um requisito para firmar termos de convênio ou de cooperação com MEC (BRASIL, 2008).

listas e fiscalistas, que tomaram os investimentos em educação como gastos, em um suposto contexto de restrição social (BRASIL, 2008, p. 11).

Em sua terceira edição, esta sala teve como objetivos específicos:

(a) conhecer o PDE, identificando seus pressupostos teóricos e metodológicos; (b) conhecer a concepção do Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*, o IDEB e o PAR: suas articulações e sua concretização na realidade; (c) identificar as contradições e mediações decorrentes da implantação do PAR nos Sistemas de Ensino e nas escolas; (d) analisar programas do PAR que trabalharam para a organização e sistematização dos conteúdos e informações de modo a favorecer uma visão ampla e, ao mesmo tempo, focalizada do PDE como a “*espinha dorsal*” das demais políticas e dos atuais programas para a educação.

Isso porque, de um lado, o PDE está ancorado em uma concepção substantiva de educação que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais e, de outro, em fundamentos e princípios historicamente saturados, voltados para a consecução dos objetivos republicanos presentes na Constituição, sobretudo no que concerne ao que designaremos por visão sistêmica da educação e à sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2008, p. 11).

Nesta perspectiva, o PDE é interpretado como um *documento paradigmático*, assim como um *fio epistêmico* que liga o Plano de Metas e o PAR, dentro de um quadro maior, ou seja, no interior do Pacto *Compromisso Todos pela Educação*, favorecendo a compreensão do Sistema Educacional Brasileiro como o resultado dos esforços na formulação e implementação de políticas que consigam maior articulação entre os sistemas e as redes de ensino, e destas com as escolas, de modo que as instituições públicas recebam orientação, subsídio e apoio técnico e financeiro para elevar a qualidade de seus ensinamentos.

Duas questões (de ordem interna e externa), que dizem respeito às escolas e, mais especificamente, à pedagogia desenvolvida em sala de aula, e que fo-

ram muito discutidas na sala, aqui merecem destaque. A primeira delas, considerada questão de ordem interna, refere-se à pretensão de *atualização e inovação* das bases pedagógicas e didáticas do ensino público. Conforme as orientações dos princípios e diretrizes do PDE, pretende-se:

- Promover a execução de práticas pedagógicas alternativas que devem ser previstas no planejamento da escola e da Secretaria de Educação;
- A construção de um calendário anual de práticas alternativas fora da escola;
- Incluir como componente da política educacional o estímulo à autoavaliação e às práticas interdisciplinares, rompendo com os guetos das disciplinas;
- Levar em consideração na avaliação dos alunos os aspectos informativos e formativos e, fundamentalmente, estimular a autoavaliação;
- Qualificar profissionais da rede nas áreas do currículo e da avaliação;
- Organizar o currículo de forma interdisciplinar;
- Desenvolver atividades para reverter a situação de fracasso escolar por meio de programas de correção de fluxo;
- Estimular políticas de correção de fluxo;
- Estudar subsídios técnicos que possibilitem que as escolas e os professores desenvolvam atividades de prevenção distorção idade-série (BRASIL, 2012).

A segunda questão, considerada de ordem externa, refere-se à superação de duas carências históricas presentes na maioria das instituições escolares brasileiras: a carência de uma nova visão de ensino e de escola, mais compatível com os desafios do século XXI, e a carência da adequação da estrutura física e dos recursos pedagógicos às novas aprendizagens que os tempos atuais exigem. Nesse sentido, destacamos como pontos importantes do texto de “Monitoramento do Plano de Ações Articuladas”, disponibilizado pelo MEC e acessado na Biblioteca do Curso:

- Entender o Espaço Escolar como parte importante da formação dos alunos;
- Escola como espaço agradável para convivência e aprendizagens;

- Espaço com condições físicas e conectadas com os principais avanços tecnológicos da humanidade na atualidade;
- Adequar as escolas da rede com instalações (bibliotecas, laboratórios de informática, artes e ciências) condizentes com o trabalho realizado na escola, visando às melhores condições de ensino possível;
- Salas de recursos multifuncionais;
- Quadra de Esportes;
- Cozinhas, refeitórios, banheiros, etc.
- Adequar as instalações gerais a partir de padrões mínimos e acessibilidade para PcD ou mobilidade reduzida;
- Condições para acesso à Internet;
- Escolas com TV e Vídeo/DVD;
- Salas de vídeo com materiais atualizados;
- Acervo atualizado, materiais didáticos (mapas, jogos brinquedos, bolas, etc.);
- Confecção de materiais didáticos produzidos por professores e alunos (BRASIL, 2012).

Como podemos observar, há um amplo conjunto de ações sendo desenvolvido pela União e pelos demais entes federativos. Se, por um lado, isso denota uma urgência da priorização da educação por parte do Estado brasileiro, por outro, a partir do princípio do Regime de Colaboração e do Decreto Presidencial referente ao “Compromisso” de todos com a qualidade da educação brasileira, representa, também, uma convocação à sociedade em geral e às famílias, mais especificamente no sentido de maior participação, responsabilização, colaboração e acompanhamento em relação ao ensino nas redes escolares públicas do país.

Gestão democrática, participação social e autonomia escolar: o papel do gestor e a corresponsabilização comunitária para a qualidade educacional

Embora a temática colaboração família-escola tenha sido recebida, por alguns gestores da rede pública escolar do Estado gaúcho, como “novidade”, a tendência de intensificação das interações entre essas duas instituições – por meio de um novo modelo de gestão – vem ganhando espaço desde o início da década de 90, não sendo exclusividade da política educacional brasileira (SCHEIBE; CAMPOS, 2012).

Nos últimos anos, essa nova visão de corresponsabilização vem sendo implantada em vários países do mundo e ganhando ampla visibilidade social. Os fatores que estão na origem desse movimento revelam bem mais que uma busca de *parceria* entre família-escola. Nesse sentido, Nogueira (2006) nos alerta para a necessidade de se problematizar essa parceria que se apresenta como uma *evidência inquestionável*; afinal, além de ser um “novo discurso” que nos chega, com ele também chegam exigências pragmáticas por meio das novas políticas, dos novos programas e de novas demandas legais (e institucionais) que acabam por fomentar, mas, também, direcionar essa interação.

Em virtude do desconhecimento por parte de alguns diretores - cursistas em relação às atuais políticas e aos programas para a educação básica, no âmbito de um grande movimento de articulação entre os entes federados e de otimização de um regime colaborativo, a biblioteca da Sala-ambiente tópicos Especiais disponibilizou um arcabouço teórico de múltiplas referências e com viés interdisciplinar, capaz de nortear leituras mais complexas acerca da democratização da educação brasileira (e da gestão escolar), na ótica da participação e corresponsabilização entre escola e família para com a qualidade educacional.

Uma dessas referências teóricas abordava a questão do *gerencialismo* no campo educacional, lembrando que esse conceito possui raízes na área da Administração e, mais especificamente, na Administração Empresarial. Por meio da leitura de Scheibe e Campos (2012), pudemos entender as novas práticas de administração educacional como uma *justaposição de elementos* oriundos de distintos campos do conhecimento, conformando aquilo que as autoras chamam de “miscelânea” de distintas teorias e conceitos. Segundo as autoras:

Ocorre, todavia, que a educação e, mais especificamente, o campo da gestão educacional vem sendo, cada vez mais, “colonizado” por conceitos e teorias, originados em diferentes campos de conhecimento (como administração, engenharia, psicologia, para citar alguns), produzindo uma “miscelânea” de termos que, ao fim e ao cabo, parecem torná-los todos iguais (SCHEIBE; CAMPOS, 2012, p. 1).

Para Scheibe e Campos, por trás dessa *aglutinação teórica* estão posições políticas que as sustentam, ou seja, embora as diferentes correntes de pensamento não compartilhem de uma mesma perspectiva teórica, todas concordam com a “[...] importância atribuída à gestão da escola como instrumento para a promoção da qualidade na educação” (SCHEIBE; CAMPOS, 2012, p. 1).

Assim, vemos, por exemplo, termos como “gestão participativa”, “participação da comunidade”, “gestão democrática”, entre outros, serem utilizados tanto nas empresas como nas escolas, porém, com sentidos muito diferentes daqueles que adotamos quando falamos em “gestão democrática da escola”, numa perspectiva crítica, emancipatória, posição que é balizada na compreensão da educação como direito e, assim sendo, por se tratar de coisa pública, sua gestão também deve ser pública (SCHEIBE; CAMPOS, 2012, p. 1).

A gestão democrática do ensino público, firmada como princípio na Constituição Federal de 1988 (CF/88, Artigo 206, Inciso VI) e como uma das diretrizes dos programas federais que estão sendo aqui tratados, é um exemplo concreto desse direcionamento à consolidação de parcerias entre a sociedade e a escola. Se, por um lado, o princípio da gestão democrática estabelece a possibilidade de avanços na cultura democrática, cidadã e participativa da sociedade brasileira e na qualidade da educação, por outro lado, certas formas de descentralização podem ser interpretadas como “brechas” à transposição de

ideologias empresariais para a esfera da gestão educacional, aproximando-a dos métodos da *gestão flexível* que caracteriza a ideologia neoliberal.

O artigo de Camini (2010), outra referência estudada nesta sala, vem acrescentar elementos para a compreensão da política educacional do PDE, pela análise de aspectos de sua concepção no que se refere à gestão e à relação entre os entes federados. traçando uma trajetória da *prioridade da educação* nos últimos governos, a autora demonstra seu engajamento à formulação do PDE como representação do empenho e do compromisso governamental para com a qualidade da educação. Com relação ao Planode Metas Compromisso Todos pela Educação, Camini (2010), em síntese, conclui pela *coexistência de práticas de gestão gerenciais e democráticas* como característica da sua implantação. Assim,

A política de descentralização promovida nos anos 1990, a partir das reformas do Estado, incluindo as reformas educacionais, apoiadas nas reivindicações pela democratização do aparato estatal, admitia a adoção nas instâncias estatais da lógica mercantil, visando torná-las mais eficientes e produtivas (CAMINI, 2010, p. 542).

Apoiada em Luce e Farenzena (2007), a autora destaca a noção de descentralização monitorada como característica do processo de democratização e descentralização da educação brasileira (CAMINI, 2010, p. 541) e aponta a “[...] necessária intervenção do Estado na educação, através de uma estratégia de atuação comum [...]”, como a estratégia fundante das atuais políticas públicas educacionais.

Algumas considerações

Para além dos fundamentos que conformam as ações desenvolvidas pelo Estado, quer seja a União ou os demais entes federados, no tocante à universalização e ao resgate da qualidade da educação básica brasileira, a Sala TE conseguiu desenvolver discussões fundamentais aos temas previstos em seu plano de ensino, discutindo a gestão democrática em uma perspectiva de coexistência entre a concretude das atuais diretrizes e objetivos das políticas e programas da

Educação Básica e a materialidade das práticas de gestão escolar desenvolvidas em algumas de nossas escolas públicas.

As ações desenvolvidas pelo Estado, e que foram estudadas na Sala TE, incluem as atuais políticas e programas federais para a educação básica. Assim, as *políticas públicas* são aqui entendidas como o “Estado em ação”, na definição de Gobert e Muller (1987), segundo os quais é o Estado implantando um projeto de governo por meio de programas, ações voltadas para setores específicos da sociedade (apud HÖFLING, 2001).

Todas essas questões serviram de base para nossas reflexões, para as discussões em *Fóruns* do Ambiente Virtual Moodle, para a realização das tarefas e atividades propostas pela sala, bem como para as leituras dirigidas, cuja interpretação de bases teóricas – e a transposição para a realidade prática escolar – tornou possível o desenvolvimento de uma compreensão ampliada da atual Política Educacional Brasileira, seus objetivos e suas metas, e, fundamentalmente, dos liames que a engendram e, muitas vezes, condicionam.

Na especificidade da atuação dos gestores escolares em formação no Curso aqui tematizado – e de seu papel político e pedagógico –, esses exercícios de compreensão das políticas educacionais atuais, realizados de forma compartilhada entre colegas e docentes, vieram contribuir com revisão de algumas das práticas gestoras tradicionais. Dessa forma, torna-se mais próxima a aceitação de que as escolas públicas fazem parte de um sistema educacional que existe, de fato, como expressão de um Estado Democrático e de Direito no caso brasileiro. Estado esse que vem envidando esforços, junto à sociedade, para que nosso país chegue a resultados que evidenciem maior qualidade nos padrões que garantem o direito à educação aos seus cidadãos.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11114.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Compromisso todos pela educação: passo a passo.** Brasília: MEC, 2007.

_____. Presidência da República. **Decreto n.º 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Acompanhamento do Monitoramento Complementar.** Escola de Gestores da Educação Básica. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Material complementar.** Escola de Gestores da Educação Básica. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/29/material_topicos_especiais/material_-_semana_01_e_02/livreto-compromisso_todos_pela_educacao.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Material complementar.** Escola de Gestores da Educação Básica. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/29/material_topicos_especiais> Acesso em: 20 nov. 2013.

CAMINI, Lúcia. A Política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **RBPAAE** – v.26, n.3, p. 535-550, set./dez. 2010.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. **Cadernos CEDES.** Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LUCE, Maria Beatriz; FARENZENA, Nalú. O Regime de Colaboração Intergovernamental. **Em questão.** São Paulo: Observatório da Educação. Ação Educativa, n. 4, p. 9-13, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade** – v. 31, n. 2 p. 155-169 jul. dez. 2006.

SCHEIBE, Leda; CAMPOS, Roselane Fátima. **A atuação do gestor escolar: dimensões política e pedagógica.** Material Complementar. Escola de Gestores da Educação Básica. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/29/material_topicos_especiais>. Acesso em: 20 nov. 2013.